

II – MANTER os demais termos constantes da RESOLUÇÃO Nº 7.393, de 29 de janeiro de 2004, que recomendou à Câmara Municipal de São Miguel do Guamá a não aprovação das contas do Executivo Municipal, referente ao exercício de 1999, de responsabilidade de VILDEMAR ROSA FERNANDES.

RESOLUÇÃO Nº 11.455, DE 08/04/2014

PROCESSO Nº 201216581-00

Classe: Subsídio do Prefeito e outros
Procedência: Câmara Municipal de Belterra
Interessada: Maria Creunilda Ribeiro
Relatora: Conselheira Mara Lúcia
EMENTA: DEFERE O CADASTRAMENTO DA LEI MUNICIPAL N.º 213/2012, DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELTERRA, QUE FIXA O VALOR DOS SUBSÍDIOS DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA 2013-2016. MULTA PELO ENCAMINHAMENTO INTEMPESTIVO DO ATO. O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Plenária realizada nesta data, CONSIDERANDO os termos do relatório e voto da Conselheira Relatora, aprovados por unanimidade, conforme consta da Ata da Sessão.

Decisão: Deferir o cadastramento da Lei Municipal n.º 213/2012, que fixou o valor dos subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito Municipais para a legislatura 2013-2016, a partir de 01.01.13, conforme especificações constantes no Ato em questão, aplicando multa em seu percentual mínimo, de R\$ 3.001,00 (três mil e um reais), em desfavor do Ordenador responsável, pelo encaminhamento intempestivo dos Atos, nos termos do Relatório e Voto.

RESOLUÇÃO Nº 11.457, DE 10/04/2014

PROCESSO Nº 990012006-00

Origem: Prefeitura Municipal de Rurópolis
Assunto: Prestação de Contas de 2006
Responsável: Aparecido Florentino da Silva
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães
EMENTA: Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Rurópolis. Exercício de 2006. Pela emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas. Recolhimento. Cópia dos autos ao MPE. RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: **I** – Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Rurópolis, a não aprovação das contas do Executivo, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Aparecido Florentino da Silva, pelo descumprimento do Art. 212, da CF e pagamento indevido de pro labore a professores efetivos, conforme apurado no processo de denúncia, no valor de R\$-208.461,23 (duzentos e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos), que deverá ser recolhido aos Cofres do Município, devidamente atualizado, no prazo de 15 (quinze) dias.

II – Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

RESOLUÇÃO Nº 11.462, DE 15/04/2014

PROCESSO Nº 280012005-00

Origem: Prefeitura Municipal de Currallinho
Assunto: Prestação de contas do exercício de 2005
Responsável: Alvaro Aires da Costa
Relator: Cons. Daniel Lavareda
EMENTA: P.M. de Currallinho. Exercício de 2005. Prestação de contas. Pagamento indevido de subsídios ao Prefeito e Vice-Prefeito: Despesas realizadas com processos licitatórios irregulares. Parecer Prévio pela não aprovação. Aplicação de multas e recolhimento. Encaminhar cópia dos autos ao M.P. Estadual.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Currallinho que sejam reprovadas as contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Alvaro Aires da Costa.

RESOLUÇÃO Nº 11.466, DE 15/04/2014

PROCESSO Nº 1380012003-00

Origem: Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna
Assunto: Prestação de contas do exercício de 2003
Responsável: José Pereira de Almeida
Relator : Cons. Daniel Lavareda
EMENTA: P.M. de Nova Ipixuna. Exercício de 2003. Prestação de contas. Não cumprimento do Art. 29-A, I, da CF, referente ao percentual da transferência ao Legislativo; Diferenças no Balanço Financeiro, com lançamento à conta Agente Ordenador. Parecer Prévio pela não aprovação. Aplicação de multas e recolhimento. Encaminhar cópia dos autos ao M.P. Estadual.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Nova Ipixuna a não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2003, de responsabilidade do Sr. José Pereira de Almeida.

RESOLUÇÃO Nº 11.478, DE 06/05/2014

PROCESSO Nº 490012007-00

Origem: Prefeitura Municipal de Muaná
Assunto: Prestação de contas do exercício de 2007
Responsável: Raimundo Martins Cunha
Relator: Cons. Daniel Lavareda
EMENTA: P.M. de Muaná. Exercício de 2007. Prestação de contas. Não aplicação do limite dos impostos arrecadados e transferidos na educação; Não aplicação do limite mínimo dos recursos do FUNDEF na remuneração do magistério; Descumprimento do Art. 77, III, do ADCT; Obrigações patronais não apropriadas e devidas ao IPM; Ausência da folha de pagamento dos valores dos gestores municipais; Despesas sem processo licitatório. Parecer Prévio pepa não aprovação. Aplicação de multas e recolhimento. Encaminhar cópia dos autos ao M.P. Estadual.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Muaná, que sejam reprovadas as contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha.

RESOLUÇÃO Nº 11.482, DE 08/05/2014

PROCESSO Nº 800012005-00

Origem: Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista
Assunto: Prestação de contas do exercício de 2005
Responsável: Laércio Rodrigues Pereira
Relator: Cons. Daniel Lavareda
EMENTA: P.M. de S. Sebastião da Boa Vista. Exercício de 2005. Prestação de contas. Não aplicação do limite mínimo dos recursos do FUNDEF na remuneração do magistério; Despesas sem processo licitatório. Parecer Prévio pela não aprovação. Aplicação de multas. Encaminhar cópia dos autos ao M.P. Estadual.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

RESOLUÇÃO Nº 11.493, DE 06/05/2014

PROCESSO Nº 660012007-00

Origem: Prefeitura Municipal de Salvaterra
Assunto: Prestação de contas do exercício de 2007
Responsável: José Maria Gomes de Araújo
Relator: Cons. Daniel Lavareda
EMENTA: P.M. de Salvaterra. Exercício de 2007. Prestação de contas. Não aplicação do mínimo dos recurso do FUNDEF na remuneração do magistério; Não apropriação dos encargos patronais bem como não foi comprovada a emissão de “Certidão Negativa” em favor do município; Despesas sem processo licitatório; Irregularidade na contratação da empresa CF Comercial Ltda. e na formalização dos processos licitatórios. Parecer Prévio pela não aprovação. Aplicação de multas e recolhimento. Quanto a denuncia feita contra a Prefeitura não procede por ser de caráter geral e não atender a Lei Orgânica do TCM. Alertar o Prefeito quanto ao cumprimento da obrigatoriedade da transferência ao FMS do mínimo constitucional para aplicação com gastos em saúde. Encaminhar cópia dos autos ao MP Estadual.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Salvaterra que reprove as contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. José Maria Gomes de Araújo.

RESOLUÇÃO Nº 11.505, DE 22/05/2014

PROCESSO Nº 1040012006-00

Origem: Prefeitura Municipal de Tailândia
Assunto: Prestação de contas do exercício de 2006
Responsável: Paulo Liberte Jasper
Relator: Cons. Daniel Lavareda
EMENTA: P.M. de Tailândia. Exercício de 2006. Prestação de contas. Processos Licitatórios irregulares. Parecer Prévio pela não aprovação. Aplicação de multas. Encaminhar cópia dos autos ao M.P. Estadual.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, de conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Tailândia, que sejam reprovadas as contas da Prefeitura Municipal, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Paulo Liberte Jasper.

ACÓRDÃO Nº 24.766, DE 13/03/2014

PROCESSO Nº 201311294-00

Origem: Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará
Assunto: Recurso Ordinário interposto contra a decisão deste Tribunal, objeto do ACÓRDÃO Nº 23.843/13/TCM, exercício de 2008.
Interessado: Walmir de Araújo Alves – (Ordenador)
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães
EMENTA: Recurso Ordinário. Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará. Exercício de 2008. Pelo conhecimento e não provimento do recurso, devendo ser mantida a decisão recorrida em todos os seus termos.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: Conhecer do Recurso Ordinário para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão contida no ACÓRDÃO Nº 23.843/2013/TCM, de 11 de junho de 2013, que negou aprovação às contas de gestão da Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Walmir de Araújo Alves.

ACÓRDÃO Nº 24.793, DE 18/03/2014

PROCESSO Nº 1410012011-00

Origem: Prefeitura Municipal de Quatipuru
Assunto: Prestação de Contas de Gestão de 2011
Responsável: Dênis Eugênio Cantanhede de Oliveira
Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães
EMENTA: Prestação de Contas de Gestão. Prefeitura Municipal de Quatipuru. Exercício de 2011. Pela não aprovação das contas. Recolhimento. Multas. Cópia dos autos ao MPE. ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: **I** – Negar aprovação às contas de gestão da Prefeitura Municipal de Quatipuru, exercício financeiro de 2011, devendo o Ordenador de Despesas, Sr. Dênis Eugênio Cantanhede de Oliveira, recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes quantias:

- 1) Aos Cofres do Município:
 - R\$-1.553.000,00 (hum milhão, quinhentos e cinquenta e três mil reais), pela ausência de comprovante de despesas;
 - R\$-21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), referente a multa pela remessa fora do prazo dos Relatórios de Gestão Fiscal, do 1º ao 3º quadrimestres, na forma prevista no Art. 5º, I, da Lei nº 10.028/2000;
- 2) Ao FUMREAP:
 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), de multa, pelo atraso no envio da LOA, prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, Balanço Geral e RREO's do 1º ao 6º bimestres, nos termos do Art. 120-B, do RI/TCM;

II – Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 24.794, DE 18/03/2014

PROCESSO Nº 50022007-00

Classe: Prestação de Contas 2007
Procedência: Câmara Municipal de Almeirim
Interessado: Orivaldo de Oliveira Carvalho
Relatora: Conselheira Mara Lúcia
EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM. EXERCÍCIO 2007. DESPESAS FRACIONADAS SEM LICITAÇÃO. NÃO APROPRIAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS NA TOTALIDADE NO EXERCÍCIO. IMPOSSIBILIDADE DE APURAÇÃO DO LIMITE DE GASTOS EM VIRTUDE DA NÃO DEMONSTRAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO EM MEIO MAGNETICO. CONTAS JULGADAS IRREGULARES. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que tratam da prestação de contas da Câmara Municipal de Almeirim, exercício 2007, de responsabilidade do Senhor Orivaldo de Oliveira Carvalho, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 161/163, por unanimidade.

Decisão: Considerar irregulares as contas apresentadas pelo Senhor Orivaldo de Oliveira Carvalho, que passa a integrar esta decisão. Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 24.796, DE 18/03/2014

PROCESSO Nº 230022007-00

Classe: Prestação de Contas 2007
Procedência: Câmara Municipal de Capitão Poço
Interessado: João Valdenor Teixeira Ferreira (01/01 a 08/11 e 21/11 a 31/12/2007) e José de Sales Coutinho Aguiar (09/11 a 20/11/2007)
Relatora: Conselheira Mara Lúcia
EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO. EXERCÍCIO 2007. FALHAS RECAIDAS SOBRE O PRIMEIRO ORDENADOR: DESCUMPRIMENTO DOS ARTS. 50, INCISO II E 43, CAPUT, DA LRF – 101/2000 E DESPESAS